

AduFRJ

1318 • 16 de maio de 2024 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj

PARALISAÇÃO

OS PROFESSORES DA UFRJ VÃO PARAR!
• Por melhores condições de trabalho
• Por melhores salários

21...22
MAIO

PARTICIPE!

A paralisação de **48 horas** foi decidida em assembleia docente no dia **10 de maio**.

VEJA A NOVA PROPOSTA DO GOVERNO

- Mudanças na carreira devem gerar, nos próximos dois anos, reajustes que podem chegar a 17,6% (para titulares) e a 31,2% (para ingressantes).
- Para este ano, o índice linear permanece zero, com 9% previstos para janeiro de 2025 e 3,5% para maio de 2026.

- A carreira começaria a partir dos atuais BII do Magistério Superior e DII 2 do EBTT.
- Governo marca assinatura do acordo para 27 de maio. Assembleias vão decidir se aceitam ou não a proposta.

Páginas 4 e 5

Confira o calendário de atividades para a paralisação dos dias 21 e 22
Página 3

- Os reflexos da crise orçamentária na UFRJ: unidades estão sob risco
Páginas 6, 7 e 8

Docentes da UFRJ rejeitam novamente greve do Andes

> Placar não deixa dúvidas de que os professores têm severas críticas à entrada em greve por tempo indeterminado. Maioria decidiu manter o estado de mobilização. Haverá paralisação nos dias 21 e 22

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Cerca de 600 professores participaram da última assembleia da AdUFRJ, realizada no dia 10 de maio. Pouco mais de 60% votaram contra a greve por tempo indeterminado. O placar foi elástico: 364 contrários à greve, 234 a favor e 5 abstenções. Houve uma segunda votação: se os docentes, caso a greve não fosse aprovada, desejariam manter o estado de mobilização ou ingressar no estado de greve. Ganhou o estado de mobilização. Foram 278 votos contra 151. Houve, ainda, 53 abstenções, 121 votos brancos e dois nulos.

Os professores também votaram para paralisar as atividades em 21 e 22 de maio. A AdUFRJ prepara uma programação especial para a data, com seminário sobre o futuro da universidade (veja ao lado).

O debate foi polarizado entre quem desejava a greve, principalmente pela infraestrutura dos campi – no dia 1º, uma marquete da Escola de Educação Física desabou e o prédio foi interditado, o que elevou a participação dos docentes da unidade – e os que entendiam que as negociações com o governo estão em curso e, portanto, não se justificaria a greve agora. Os docentes também se dividiam entre os favoráveis à votação em urna, escolhida pelas últimas gestões da AdUFRJ para conduzir decisões sobre greve, e à votação presencial sem quórum definido (que muitas vezes



FOTOS: FERNANDO SOUZA

pode se traduzir em votações esvaziadas).

Titular do Instituto de Física, Nelson Braga criticou a proposta do governo (a única apresentada até aquele momento), mas rechaçou greve. “Devemos acompanhar as negociações e analisar a próxima proposta que vier”, defendeu. O governo voltou a se reunir com os professores no dia 15 de maio (veja nas páginas 4 e 5).

Mariana Trotta, da Faculdade Nacional de Direito, argumentou que a greve é necessária ante um governo de frente ampla. “Não podemos ficar isolados”, disse.

“A AdUFRJ deve seguir as orientações do Andes, mas eu tenho dúvidas se vamos resolver a recomposição orçamentária pela greve”, ponderou Lise Sedrez, do Instituto de História. Para a docente, as questões estruturais são mais urgentes do que o reajuste.



Vice-presidente da regional do Andes no Rio, Cláudia Piccini, da Faculdade de Educação, também criticou a proposta apresentada. “Zero não é negociação”. Ela defendeu a inclusão

do orçamento nas negociações. “Sem discutir orçamento, a gente não vai ter melhores condições de trabalho”.

Titular da Coppe, Leda Castilho criticou as defesas da greve

durante o processo de negociação salarial. “Parece uma greve com motivação política. Vejo a história se repetir com o mesmo pessoal do ‘fora todos’”, criticou a professora.

ANÁLISE: GREVES PASSADAS NÃO MOVEM MOINHOS

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

A um incauto pareceria advir um massacre. Em franca maioria no auditório Quinhentão do CCS, a oposição à atual diretoria da AdUFRJ dava mostras inequívocas de que venceria por larga margem a adesão da UFRJ à greve nacional dos docentes que já abarca 53 universidades públicas de todo o país. Mas isso se o formato de assembleia e votação seguissem à risca o modus operandi que há décadas vigora nas instâncias de decisão do Andes: crachás nas mãos e braços erguidos, decisão na hora, com qualquer quórum. Assim foram

decididas as greves de 2012 e 2015 na UFRJ.

Mas greves passadas não movem moinhos. Há cinco gestões, o grupo que dirige a AdUFRJ se insurgiu contra o método Andes de decisão e ofereceu aos docentes a possibilidade de outras formas, mais democráticas, de participação, como o voto online e o voto em urna. Foram cinco vitórias em sequência nas eleições para a diretoria da seção sindical, uma demonstração de que o docente dito “comum”, não iniciado nas intrincadas veredas sindicais, optara por novos caminhos.

Assim, o que se observa em uma assembleia com algumas dezenas de participantes não

necessariamente — ou, melhor dizer, raramente — se reflete nas votações finais. Ao incauto que assistiu à “votação” presencial na assembleia, com os docentes alinhados à oposição levantando suas cédulas de papel em adesão à greve nacional, restou ao fim daquela sexta-feira (10) a certeza de que o gesto, carregado de simbolismos, faz parte de um passado cada vez mais remoto na UFRJ.

Se, no ápice dos debates na assembleia, o Quinhentão abrigou pouco mais de 100 pessoas, as urnas registraram os votos de 607 docentes. E, por larga vantagem, venceu a posição de não adesão à greve neste momento. Foram 364 votos contra a greve,

234 a favor, cinco abstenções, dois brancos e dois nulos. Cumprir registrar que a proporção de votos — algo em torno de 60% x 40% — reproduz os resultados das últimas eleições para a diretoria da AdUFRJ.

Independentemente da votação final, a assembleia trouxe algumas reflexões sobre a campanha salarial em curso e, sobretudo, sobre a grave situação orçamentária por que passa a UFRJ. Algumas falas de docentes que defendiam a adesão à greve passaram ao largo de índices de reajustes e novos planos de carreira e tiveram como foco as péssimas condições de infraestrutura de algumas unidades, como a EEFD, o IFC/SH ou a

EBA. A narrativa de “duas universidades” sobressaiu dos debates, contrapondo as unidades em crise com a aparente normalidade de outras, como a Coppe e o CT.

Outra reflexão importante foi trazida pela professora Eleonora Ziller, ex-presidente da AdUFRJ, e abordou o sistema de votação, tão criticado pela oposição. Segundo ela, não é o voto em urna, o presencial ou o online que impedem ou aceleram a deflagração de uma greve, mas sim o grau de mobilização da categoria. Eleonora fez um apelo à busca de consensos, com a superação de dicotomias que, na visão dela, em nada contribuem para o avanço do movimento. São reflexões importantes que não perecem, por sua envergadura, no curto espaço de uma assembleia.

AdUFRJ

PARALISAÇÃO

OS PROFESSORES DA UFRJ VÃO PARAR!

- Por melhores condições de trabalho
- Por melhores salários

21
MAIO

22

PARTICIPE!

A paralisação de **48 horas** foi decidida em assembleia docente no dia **10 de maio**.

AdUFRJ

SEMINÁRIO

ADUFRJ NA PARALISAÇÃO
Venha debater o futuro da universidade

Denise Pires e João Torres, debatem a Crise da Pós-Graduação, 14h, online, na TV AdUFRJ, no youtube

21
MAIO

22

Helios Malebranche Roberto Gambine debatem a Crise Orçamentária, 11h online

GREVE E DEMOCRACIA SINDICAL EM DEBATE

Há limites para a participação política? Os sindicatos desejam ampliar a voz de seus representantes? Essas e outras reflexões fizeram parte de um debate promovido pela Apub, sindicato dos docentes das instituições federais de ensino superior da Bahia. A professora Mayra Goulart, presidente da AdUFRJ, foi uma das convidadas na terça-feira, 14. A docente descreveu um pouco do que acontece no movimento docente da UFRJ e que se intensificou com as disputas sobre a adesão ou não à greve nacional capitaneada pelo Andes. “Temos uma oposição entre o velho e o novo sindicalismo. De um lado, um sindicalismo para sindicalistas, para aqueles que fazem ‘votos qualificados’, que se veem fazendo a ‘verdadeira luta’, e, portanto, merecem votar e participar

do movimento docente”, disse. “De outro, um novo sindicalismo feito por e para docentes que não se acham mais meritórios do que outros por aguentarem assembleias de cinco horas”, ilustrou a dirigente.

Num cenário acirrado entre progressistas e a extrema direita se dá a atual greve da educação. “Nesse momento histórico, os professores da UFRJ acham que a greve não será pedagógica. Mas os professores só puderam expressar essa vontade por conta de um grupo político que está à frente da AdUFRJ desde 2015”, disse Mayra, lembrando da eleição da professora Tatiana Roque que acabou com a hegemonia do grupo que então conduzia a AdUFRJ por duas décadas. “Esse grupo do qual muito me orgulho em fazer parte quer renovar o

sindicalismo, permitir que docentes que não se enxergam como sindicalistas possam participar politicamente das atividades”, defendeu.

Diretor da Apub e docente da Faculdade de Direito da UFBA, Ponciano de Carvalho defendeu a consulta pública como forma de decisão de uma categoria sobre a greve. “Quero dizer que estamos em greve. Acredito no processo político, que pode tecer uma nova teia cultural para que as decisões passem por consultas públicas. Na consulta, a decisão permanece com os professores”, afirmou.

Ele disse que as assembleias devem ter o plebiscito como forma complementar de deliberação. “A assembleia deve criar o enunciado de um plebiscito ou referendo. Não há oposição à lei de greve, porque os traba-

lhadores continuam decidindo”. O docente ainda questionou os contrários a deliberações fora de assembleia: “Por que pode haver uma assembleia híbrida e não pode haver uma assembleia que se estenda no tempo, que elabore um plebiscito? O caminho natural da mudança de cultura sobre deflagração ou cessação de uma greve passa por estender as decisões para todo o seu corpo docente. Temos que ter cuidado para não criar uma democracia apenas de pessoas mobilizadas, cuja decisão de greve acontece em espaços esvaziados”.

Cientista político da UFBA, o professor Wendel Cintra contou que a assembleia que deflagrou a greve naquela universidade contou com cerca de 5% do corpo docente da instituição. “Essa ideia de estar presente exclui uma grande parcela da decisão. Há uma restrição da participação política. Quem é refratário à consulta pública, tem que justificar

por que quem está presente toma a melhor decisão”. Renato Francisquini, também professor de Ciência Política da UFBA, explicou o que diferencia os grupos que atuam no movimento docente. Seriam as noções de civismo e plebeísmo. “O ideal cívico supõe a existência de certos laços profundos entre aqueles que são iguais. Já para o ideal plebeísta, a igualdade está vinculada a um direito, sustentada pela premissa de que uma pessoa, por estar obrigada a seguir as normas que são definidas por uma determinada comunidade, deve ter o direito de participar da agência coletiva que autoriza ao ideal de cidadania democrática, porque exclui parte significativa das colegas”. (Silvana Sá)

A PROPOSTA do GOVERNO

ALEXANDRE MEDEIROS
E SILVANA SÁ
comunica@adufrrj.org.br

O governo realizou na quarta-feira (15), a 5ª mesa específica da carreira docente e apresentou uma nova proposta para recomposição salarial da categoria, que o Jornal da AdUFRJ detalha nessas páginas. Para este ano, o índice permanece zero, mas as mudanças na carreira devem gerar, nos próximos dois anos, reajustes que podem chegar a 17,6% (para titulares) e a 31,2% (para ingressantes). Participaram representantes do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e sindicatos nacionais de professores federais do magistério superior e do ensino básico, técnico e tecnológico: Andes, Sinasefe e Proifes.

A novidade da proposta é o modelo de reajuste. Além do indicador linear, o MGI propôs o aumento nos degraus (steps) e alterações no início da carreira. Os atuais níveis iniciais seriam cortados. A carreira começaria a partir dos atuais BII do Magistério Superior e DII 2 do EBTT. Essa alteração gera, na base da carreira, em quatro anos, reajustes na ordem de 43%, com cálculos que consideram a projeção de inflação de 15% de 2023 a 2026.

Outra alteração se refere aos steps — os degraus entre as classes. O governo sugere a aplicação de novo cálculo para adjunto 2 a 4 e associado 2 a 4 (MS) e para DIII 2 a 4 e DIV 2 a 4 (EBTT). Aumenta de 4% para 4,5% em 2025, e de 4,5% para 5% em 2026. A proposta é dada como definitiva pelo governo que afirmou aguardar os sindicatos para assinar o acordo em 27 de maio. No dia 21 haverá a mesa dos técnico-administrativos em educação (TAEs).

Representantes das entidades sindicais avaliaram a nova proposta após a reunião. Para Geci Silva, presidente do ADUFG-Sindicato e diretor de Assuntos Educacionais do Magistério Superior do Proifes, há avanços significativos. “Conseguimos substituir as classes A e B por uma classe de entrada e com isso melhorar o início da carreira, tornando-a mais atrativa”, analisa.

“Também teremos recomposição salarial no governo Lula, e ganho real acima do IPCA projetado, que está entre 15% e 17% para o período 2023-2026”, completa Geci. Ele reconhece a frustração com o 0% de reajuste esse ano. “Apesar de não termos reajuste linear em 2024, a gente está adiantando para janeiro de 2025 a nossa data-base que seria em maio do ano que vem. Isso também se reflete nos salários”.

O coordenador-geral do Sinasefe, David Lobão, viu ao menos

um ponto positivo na reunião. “Na proposta anterior, o percentual menor de reajuste (12,81%) era para quem ganhava menos, e o maior percentual (16,11%) era para quem ganhava mais”, avalia. “O governo atendeu nossa demanda e agora o reajuste vai de 13,3% a 31,2%, e quem ganha menos vai ter o reajuste maior”, avalia.

A proposta, segundo Lobão, sinaliza uma recomposição dos salários, ainda que não cubra todas as perdas do governo Bolsonaro. “Temos que discutir nas bases. Acharmos que essa proposta está num nível de aceitação razoável ou vamos ampliar a greve para pressionar mais o governo, que já nos disse que essa é sua proposta final? São essas perguntas que as assembleias têm que responder”, explica.

À saída do MGI, o presidente do Andes, Gustavo Seferian, convocou a base a refletir sobre a nova proposta. “Foi possível ter uma negociação a partir da proposta apresentada no início da reunião, e que foi alterada após o governo refletir sobre nossas ponderações. A proposta final tem majorações em relação aos indicativos iniciais. Há uma data limite para a nossa resposta a essa proposta, que é o dia 27 de maio. Vamos fazer uma nova rodada de assembleias para avaliar essa proposta até essa data”.

Veja como ficaria seu salário em 2026

AdUFRJ

INGRESSANTES

Abril/2023: R\$ 9.616,19
Maio/2026: R\$ 13.753,95

*40h-DE

▶▶▶▶

AdUFRJ

ADJUNTO 1/DIII 1

Abril/2023: R\$ 11.800,12
Maio/2026: R\$ 14.579,19

*40h-DE

▶▶▶▶

AdUFRJ

ASSOCIADO 1/DIV 1

Abril/2023: R\$ 16.591,91
Maio/2026: R\$ 20.674,61

*40h-DE

▶▶▶▶

AdUFRJ

TITULAR

Abril/2023: R\$ 20.530,01
Maio/2026: R\$ 26.326,81

*40h-DE

▶▶▶▶

Governo garante a retirada do controle de frequência do EBTT

AdUFRJ

SALÁRIO

A novidade da proposta é o modelo de reajuste. Além do indicador linear, haveria também o aumento pelos degraus da carreira. Os docentes ingressantes com doutorado e dedicação exclusiva teriam até 31,2% nos próximos dois anos. Para os titulares, o percentual seria de 17,6%.

AdUFRJ

SALÁRIO

Comparativo entre as propostas

De 19 de abril	De 15 de maio
Varição dos reajustes de 12,81% a 16,11%	Varição dos reajustes de 17,6% a 31,2%

AdUFRJ

SALÁRIO

Reajustes lineares, sem os adicionais por carreira

2024 - 0%
2025 - 9%
2026 - 3,5%

AdUFRJ

CARREIRA

Mudanças no início da carreira

- Os atuais níveis iniciais seriam cortados. Carreira começaria a partir do atual BII do Magistério Superior e DII 2 do EBTT

AdUFRJ

CARREIRA

Aplicação de novo step para adjunto 2 a 4 e associado 2 a 4 (MS) e para DIII 2 a 4 e DIV 2 a 4 (EBTT). Aumenta de 4% para 4,5% em 2025 e 4,5% para 5% em 2026

Orçamento

Acréscimo de R\$ 347 milhões para 69 universidades, 38 institutos federais, além dos Cefets e Colégio Pedro II. O anúncio foi feito pelo MEC e não tem relação com a mesa de carreira

REAJUSTE ACUMULADO NO GOVERNO LULA

Classe	2023	2024	2025	2026	Total	Ganho real*
E / Titular/ Titular Livre	9,00%	0,00%	10,84%	6,15%	28,24%	11,51%
D/DIV	9,00%	0,00%	10,84%	6,15%	28,24%	11,51%
	9,00%	0,00%	10,31%	5,64%	27,01%	10,45%
	9,00%	0,00%	9,78%	5,14%	25,80%	9,40%
C/DIII	9,00%	0,00%	9,25%	4,64%	24,61%	8,35%
	9,00%	0,00%	10,58%	5,49%	27,15%	10,56%
	9,00%	0,00%	10,05%	4,99%	25,94%	9,51%
B/DII	9,00%	0,00%	9,52%	4,49%	24,74%	8,47%
	9,00%	0,00%	9,00%	3,99%	23,55%	7,44%
	9,00%	0,00%	14,45%	3,50%	29,12%	12,28%
A/DI	9,00%	0,00%	20,74%	3,50%	36,22%	18,45%
	9,00%	0,00%	26,78%	3,50%	43,03%	24,37%

*(IPCA projetado de 15%)

AdUFRJ

BENEFÍCIOS

Auxílio-alimentação: de R\$ 658 para R\$ 1 mil
Auxílio-saúde: de R\$ 144,38 para R\$ 215
Auxílio-creche: de R\$ 321 para R\$ 484,90

*Válidos desde 1º de maio de 2024

MAPA das RUÍNAS

RENAN FERNANDES
comunica@adufrrj.org.br

Desabamentos, infiltrações, redes elétricas antigas e ventiladores caindo do teto. Quase todo dia, um problema de infraestrutura da UFRJ repercute nos grupos de Whatsapp, nas redes sociais, em conversas de corredor e no noticiário. Mas não existe solução barata: levantamento do Escritório Técnico da Universidade (ETU) aponta que seriam necessários R\$ 795,7 milhões para recuperar 77 prédios de toda a instituição.

O reitor Roberto Medronho, professor da Faculdade de Medicina, utilizou uma analogia médica para tratar do patrimônio imobiliário da universidade. "Temos pacientes graves, que precisam de intervenção imediata, e temos várias outras edificações que, se não receberem intervenção agora, vão evoluir para a forma mais grave".

A administração central bate em todas as portas atrás de recursos. "Estamos indo em to-

dos os ministérios, pedindo suplementação orçamentária. E também começamos a procurar o setor produtivo para fazer parcerias que nos ajudem a recuperar essas edificações. Só com o orçamento da universidade não dá para fazer absolutamente nada", disse.

O valor total ultrapassa o dobro das receitas de custeio (R\$ 388,3 milhões) da universidade para 2024. Somente a reabilitação dos problemas considerados graves representa 71% do montante (R\$ 567,3 milhões).

E os números vão aumentar. O ETU avaliou apenas 52% das áreas construídas. Prédios

com reconhecidos problemas de infraestrutura como a Escola de Educação Física e Desportos e o Centro de Ciências da Saúde ainda não passaram pela avaliação, denominada de REAB.

O professor Roberto Machado, diretor do ETU, espera que o REAB 2024 traga números mais completos sobre a situação da patrimonial da universidade. "Para o relatório de 2024, já recebemos os dados do Centro de Tecnologia e vamos ter também a avaliação de todas as unidades do Centro de Ciências da Saúde".

O REAB estipula um índice de reabilitação (IR) que varia de 0 a 120, indicando o estado de conservação de cada imóvel e dando a base do cálculo para o custo da reforma. O índice soma as avaliações de conservação

e desempenho de três grandes grupos: estruturas e coberturas; paredes e acabamentos internos e externos; e as instalações (elétrica, dados e voz, hidráulica, esgoto, climatização, entre outras).

O edifício Jorge Machado Moreira (JMM) — antigo prédio da reitoria — alcançou o IR de 83, o que significa que a reforma é estipulada em 83% do valor de construção de um prédio novo com as mesmas características. O imóvel, que é tombado, lidera os custos de reforma entre todos os avaliados até o momento. O gasto foi estipulado em R\$ 191,7 milhões.

"Não existe orçamento para uma reforma global de todo o prédio. O IR do JMM não passa de 83% hoje porque estamos

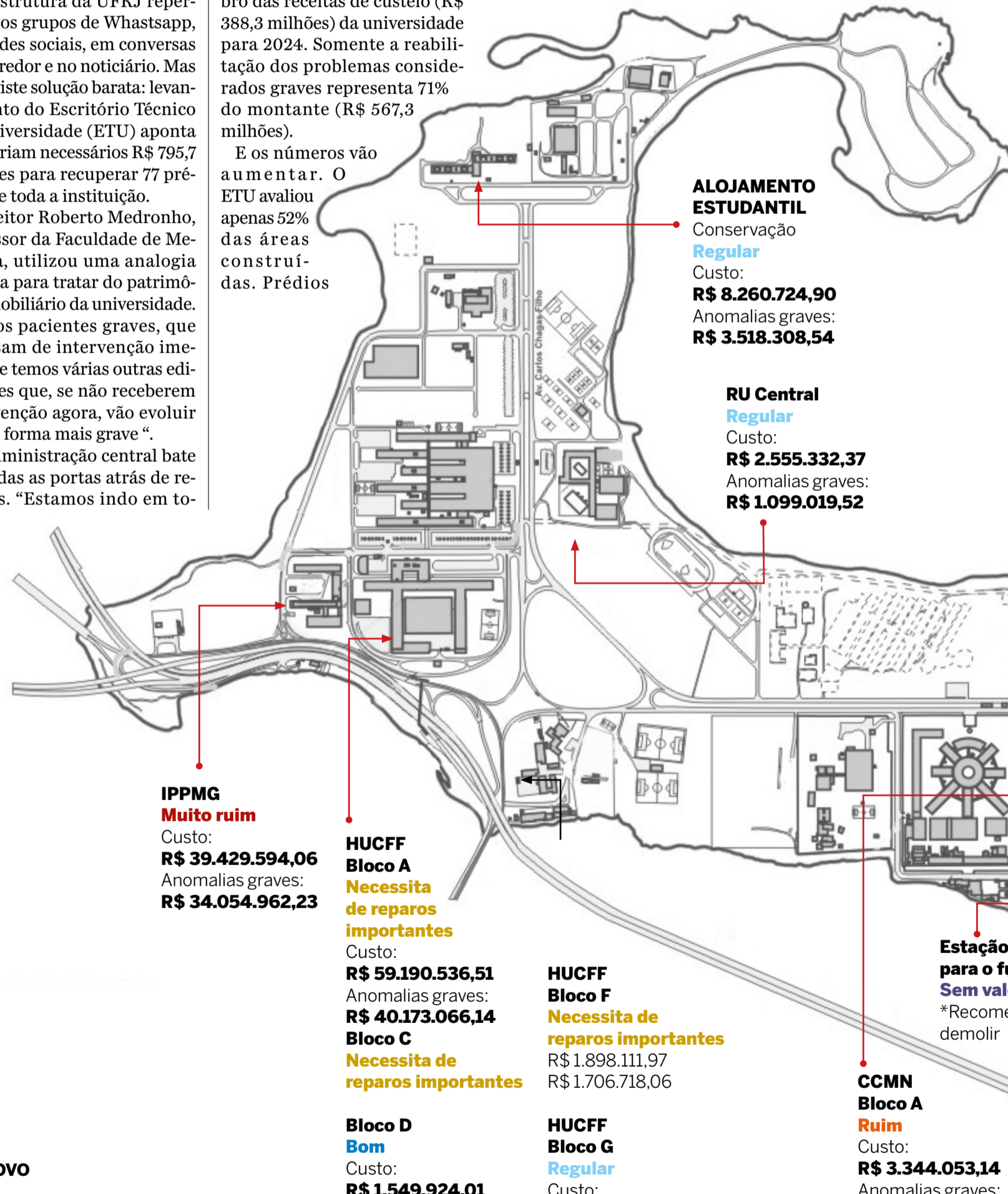
atacando as áreas mais críticas, que podem colocar em risco quem utiliza o edifício", explicou Machado.

Além do JMM, mais oito prédios tombados figuram entre os que necessitam de uma reabilitação profunda. Entre eles, o Colégio Brasileiro de Altos Estudos (IR 80,9), o Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis (79), o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (71,3) e o Palácio Universitário (66,8).

Quando o IR ultrapassa o valor de 100, a edificação é considerada sem valor, uma vez que a reforma custaria mais que a demolição e a construção de um novo prédio. A Estação Conexão para o Futuro, um pequeno imóvel que já recebeu atividades do Instituto de Geociências, nos fundos do CCMN, foi a única construção a alcançar o número e teve a demolição recomendada pelo ETU. Mas não há dinheiro sequer para isso.

Christiano Ottoni, arquiteto do ETU que trabalhou na consolidação dos dados do REAB, reivindica a ampliação do estudo. "Essa avaliação precisa ser anual, porque o patrimônio a cada ano se deprecia. O que se avalia em 2023 em 2024 já está diferente. Precisamos aumentar a cobertura do trabalho. Essa tem que ser uma política institucional de gestão do patrimônio da UFRJ", afirmou. (colaborou Kelvin Melo)

Confira, nestas páginas, a situação de algumas das edificações avaliadas pelo REAB.



- NOVO
- MUITO BOM
- BOM
- REGULAR
- REPAROS IMPORTANTES
- RUIM
- MUITO RUIM
- SEM VALOR

CIDADE UNIVERSITÁRIA

Faculdade de Letras
Ruim
Custo: R\$ 59.999.523,33
Anomalias graves: R\$ 40.481.470,09

Instituto COPPEAD
Regular
Custo: R\$ 3.671.039,43

CAXIAS - SANTA CRUZ

Bloco A
Regular
Custo: R\$ 2.100.933,77
Anomalias graves: R\$ 1.573.535,80

Bloco B
Necessita de reparos importantes
Custo: R\$ 312.784,32
Anomalias graves: R\$ 182.381,53

Bloco C
Regular
Custo: R\$ 2.060.365,69
Anomalias graves: R\$ 1.570.932,53

Bloco D
Muito ruim
Custo: R\$ 1.259.711,82
Anomalias graves: R\$ 738.695,71

Bloco E
Ruim
Custo: R\$ 1.384.744,37
Anomalias graves: R\$ 820.972,09

FORA DO RIO

MACAÉ
Bloco B (CM)
Bom
Custo: R\$ 114.330,05

Bloco C (CM)
Bom
Custo: R\$ 2.156.154,55
Anomalias graves: R\$ 979.194,32

Nupem
Bom
Custo: R\$ 4.170.513,40
Anomalias graves: R\$ 419.087,61

Futuro das aulas será definido no dia 24

Com prédio interditado após mais um desabamento do telhado, Congregação da Escola de Educação Física e Desportos avalia proposta para continuidade das atividades acadêmicas

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

A Escola de Educação Física e Desportos decide em uma congregação do dia 24 o que fazer com as aulas suspensas após o segundo desabamento do telhado do prédio, em 1º de maio — o primeiro aconteceu em setembro do ano passado. O imóvel continua interditado e somente as disciplinas oferecidas em outras unidades estão mantidas.

No dia 14, a reitoria e a comunidade da EEFD se reuniram no auditório da Farmácia para discutir a situação da unidade. No encontro, a maioria se manifestou contra a possibilidade de ensino remoto.

Também foi rejeitada a proposta do reitor Roberto Medronho de levar atividades práticas dos cursos para o Centro de Educação Física da Marinha (Cefan), na Penha — as instalações chegaram a ser visitadas por representantes da reitoria, da direção da Escola e dos alunos, na semana passada. A comunidade não quer sair da UFRJ, além do desconforto com a utilização de um espaço militar.

A administração central tenta evitar que o semestre letivo seja suspenso. “A nossa preocupação é que os alunos não percam o semestre. Sabe qual meu medo numa suspensão do período? É a evasão. E, tendo evasão, será muito provavelmente dos setores mais vulneráveis”, avaliou o reitor Roberto Medronho para a reporta-

gem. “Estamos fazendo o possível e o impossível para não suspender o semestre. Mas o corpo social da Escola é soberano para tomar sua própria decisão”.

Por enquanto, a proposta que sai na frente é manter as disciplinas de 2024/1 que já são oferecidas em outras unidades da UFRJ e transferir todas as demais para um período especial, que seria realizado entre dezembro deste ano e março do ano que vem.

Haveria um mês de recesso, em janeiro, por questão de segurança. “Janeiro é um momento que o campus fica bastante esvaziado. Principalmente para o horário noturno”, afirmou a diretora da Escola, professora Katya Gualter.

Entre um e outro, o segundo semestre letivo já voltaria a acontecer na sede, com a expectativa de que o escoramento do telhado seja concluído antes de agosto.

Agora, mesmo que houvesse espaços adequados em outras unidades da UFRJ para abrigar os cursos, falta tempo: “Hoje, 14 de maio, pelo calendário oficial, nos restam dez semanas para o término do período letivo. O que não é suficiente para cumprir os conteúdos”, afirmou a professora Francine Nogueira, coordenadora do curso de Licenciatura em Educação Física.

A docente explica que 2024/2 seria encurtado em três semanas para comportar o período especial. “A vantagem disso é que vamos conseguir dar conta da retenção que vamos causar agora”,



PROTESTO: estudantes compareceram em peso ao Consuni do dia 9

completou. O aluno que se formaria no fim do ano adiaria a conclusão do curso por poucos meses.

LENTIDÃO PREOCUPA

A reitoria conseguiu R\$ 300 mil junto ao MEC para fazer o escoramento emergencial do trecho recém-destruído, no bloco A da EEFD. Em paralelo, a administração central tenta obter a verba para sustentar todos os beirais da edificação. “Queremos fazer isso o mais depressa possível. Mas precisamos de R\$ 1,85 milhão. Só podemos abrir a Escola de Educação Física após o escoramento de todo o beiral”, afirmou o reitor Roberto Medronho.

Já para a reforma completa da cobertura, eliminando a necessidade de escoramentos, são necessários R\$ 8 milhões. “Estou correndo atrás. Não só por solicitação ao MEC, mas buscando a

bancada parlamentar, pedindo emenda de orçamento, para que a gente resolva este problema definitivamente”, explicou o dirigente.

Cada dia conta nesta corrida por orçamento. Somente o escoramento representa um custo anual aproximado de R\$ 2 milhões. Se, dentro de quatro anos, a universidade não conseguir reformar o telhado, terá gasto o equivalente apenas com a sustentação.

A principal preocupação da comunidade é com a lentidão das obras. O primeiro escoramento emergencial, somente no trecho atingido do primeiro desabamento, demorou três meses. A obra de sustentação daquele bloco (B), como um todo, só começou esta semana. E, para o trecho recém-destruído, no bloco A, ainda não há sequer a previsão de início da reforma.

MELHOR PREVENIR DO QUE REMEDIAR

O Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) — colegiado que congrega a reitoria e decanos — aprovou, no dia 7, uma metodologia que poderá ajudar os gestores da universidade a prevenir situações como a do desabamento na Escola de Educação Física e Desportos.

A ideia é substituir o tratamento subjetivo que cada um pode ter em relação aos problemas por critérios bem objetivos. Através do preenchimento de mapas de risco — que seguem orientações e categorias predefinidas pela Controladoria-Geral da União —, será possível ao gestor avaliar quais processos merecem mais atenção.

“Quando considerar que um risco tem alta probabilidade de ocorrência?

Quando considerar que um risco tem alto impacto? Esse plano ajuda a ter mais critério”, explica a pró-reitora de Governança, professora Claudia Cruz. “Cada instância deve olhar suas atividades, seus processos, seus prédios. É um documento que vai servir para o trabalho da auditoria interna, do Escritório Técnico, da Prefeitura Universitária, das decanias, unidades acadêmicas, das pró-reitorias e reitoria”.

Mesmo diante da grave crise orçamentária — origem de muitos problemas da UFRJ — a pró-reitora defende que os gestores ou servidores encarregados abracem a iniciativa. “É frustrante identificar riscos sem ter, muitas vezes, condições efetivas de saná-los. Mas identificar e comunicar esse risco a tempo ao MEC

é uma prova de que não estamos sendo negligentes. Não podemos ficar inertes, sem levantar essas informações”.

Além disso, nem todo risco vai depender de aporte de recursos para ser solucionado. Realização de vistorias periódicas em extintores de incêndio e treinamento interno de servidores para formação de brigada são alguns exemplos. “É um investimento de tempo necessário e bastante oportuno já que um dos principais benefícios que se pode ter é a própria redução de retrabalho e ineficiências dos processos”, afirma a pró-reitora.

Embora a aprovação no CSCE tenha ocorrido alguns dias após o sinistro na EEFD, os dois eventos não têm relação. A metodologia de agora é resultado de discussões que já aconteciam no Conselho

Universitário desde 2019, atendendo a um decreto federal de dois anos antes. “O decreto federal de 2017 tornou obrigatória a gestão de riscos em toda a administração federal”, explica Claudia.

A pró-reitora não dá um prazo para a implantação completa da iniciativa. “Não há um prazo final. A ideia é fazer essa disseminação da cultura de gestão de riscos aos poucos, começando pela administração central. Inclusive, treinando servidores da UFRJ para pensar o risco de forma mais sistematizada. Na PR-6 (Governança), temos um corpo limitado de servidores, mas, por ser um projeto estratégico para a universidade, vamos priorizar”, afirma a dirigente.